

**FICHA TÉCNICA DE LEGISLAÇÃO GERAL****TÍTULO** CONSUMO DE DROGA**ASSUNTO** PROCEDIMENTOS RELATIVOS À DETENÇÃO, POSSE OU CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS ESTUPEFACIENTES OU PSICOTROPICAS, TIPIFICADOS COMO CONTRA-ORDENAÇÃO**FICHA N.º** 4.1**DATA** OUT10**REVISÃO****CLASS. SEG.** N/CLASS**1. ENQUADRAMENTO JURIDICO/LEGAL**

Com a anterior Lei 15/93, de 22JAN, qualquer indivíduo que tivesse na sua posse substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, era detido, pois incorria num crime juridicamente tipificado. Esta Lei foi derogada [nos seus art.º 40º (excepto o cultivo) e 41º] pela Lei nº 30/2000 de 29NOV, posteriormente regulamentada pelo DL 130-A-2001, de 23ABR, que veio descriminalizar o consumo, a aquisição e a detenção, para consumo próprio, de substâncias estupefacientes e psicotrópicas, passando estes comportamentos a serem punidos apenas como contra-ordenação.

**1.1 Como determinar se estamos perante uma contra-ordenação ou um crime?**

Para a tipificação como contra-ordenação, é determinante ter em consideração a quantidade de produto encontrada na posse do indivíduo. Os limites das quantidades variam conforme as plantas, substâncias ou preparações encontradas com o indivíduo consumidor. Todavia, as quantidades referidas não poderão exceder a quantidade necessária para o consumo médio diário e individual durante o período de 10 dias.

**Assim, para as substâncias de consumo mais frequentes temos:**

- Haxixe – 0,5 gramas/dia X 10 dias = 5 gramas
- Liamba – 2,5 gramas/dia X 10 dias = 25 gramas
- Heroína – 0,1 grama/dia X 10 dias = 1 grama
- Cocaína – 0,2 gramas/dia X 10 dias = 2 gramas

Ultrapassados os limites referidos, estamos na presença de um ilícito criminal – tráfico de estupefacientes.

**1.2 Quem é a entidade competente para o processamento da contra-ordenação?**

As entidades competentes para o processamento das contra-ordenações e a aplicação das respectivas sanções são as comissões especialmente criadas para o efeito, denominadas “Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT)”, que funcionam nas instalações dos Governos Cívicos, na dependência do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência.

**Legislação:**

- Lei nº 15/93, de 22JAN
- Lei nº 30/2000, de 29NOV
- DL nº 130-A-2001, de 23ABR
- Portaria 94/96, de 26 de Março
- NEP/GNR – 2.09

## 2. QUADRO RESUMO DE INFRACÇÕES

As infracções e respectivas punições respeitantes à detenção, posse ou consumo de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas estão previstas na Lei nº 30/2000 de 29 de Novembro e a reprodução num quadro de resumo não acrescenta mais-valia a este documento, uma vez que o objectivo principal é diferenciar, nesta matéria, a contra-ordenação do crime e estabelecer o procedimento correcto para a primeira.

## 3. PROCEDIMENTOS

### 3.1. Infractor

Tendo sido descriminalizado o consumo de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, é ilegal a detenção em flagrante delito do indivíduo encontrado na posse de quantidades enquadradas dentro dos limites referidos, pois, tratando-se de uma contra-ordenação, o mesmo apenas é punido com uma coima. No entanto quando não for possível identificar o infractor no local, deve proceder-se à sua condução ao Posto para identificação e garantir a notificação da sua comparência perante a CDT da área da sua residência, não podendo, a data dessa apresentação, *ultrapassar as 72 horas* subsequentes ao momento da ocorrência, devendo, para isso, constar no auto, de forma clara, o dia, a hora e o local onde se deverá apresentar.

O infractor ou o seu representante legal deverá, ainda, ser informado de que pode constituir defensor, ou requerer a sua nomeação oficiosa.

Nos casos em que a CDT competente esteja funcionar ou tiver um membro em regime de disponibilidade permanente, pode optar-se pela apresentação imediata do infractor.

### 3.2. Que expediente deve ser elaborado

#### 3.2.1 Auto de Ocorrência

O auto de ocorrência é elaborado em quadruplicado, com o seguinte destino:

- O original, com o demais expediente, é enviado à CDT da área do infractor, pelo meio mais célere, de forma a ser recebido pela mesma até 36 horas depois da ocorrência;
- O duplicado é entregue ao infractor e serve de notificação;
- O triplicado é enviado à Direcção de Informações do CG/GNR;
- O quadruplicado é destinado ao arquivo da Subunidade.

#### 3.2.2 Auto de Apreensão

Sempre que forem apreendidas substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, deve elaborar-se o respectivo auto de apreensão e juntar ao restante processo, fazendo-se menção do mesmo, no auto de ocorrência.

#### 3.2.3 Produto apreendido

As substâncias suspeitas, constantes do auto, são entregues, em mão e no mais curto espaço de tempo, à CDT competente, acompanhadas do respectivo termo de entrega (em duplicado), que tem a validade de recibo, depois de devidamente assinado.

#### 3.2.4 Formulários de Tráfico/Consumo de Droga (TCD)

Relativamente aos formulários TCD A (substâncias) e B (intervenientes), os modelos são preenchidos em quadruplicado tendo o seguinte destino:

- O original é remetido à PJ/DCITE/Lisboa;
- O duplicado anexo ao auto de ocorrência;
- O triplicado enviado à Direcção de Informações do CG/GNR,
- O quadruplicado ao arquivo da Subunidade.

**Anotações:**